

PARECER JURÍDICO N.º 018/2017

ASSUNTO: Pregão Presencial n.º 001/2017

Em cumprimento ao comando do Parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, procedemos à análise do processo licitatório de Pregão Presencial n.º 018/2017 do tipo menor preço, o qual indica a necessidade de aquisição de materiais de expediente, conforme descrição contida no presente processo administrativo.

Identifica-se dos autos que a necessidade da aquisição está expressa por meio do Termo de Referência nº 59/16, expedido pela Divisão de Logística e Compras, datado de 05/12/2016.

Em atendimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, a minuta do Edital foi devidamente examinada, aprovada e chancelada pela Assessoria Jurídica da COCEL, nos termos do Parecer Jurídico n.º 004/2017, conforme fls. 20.

O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná (fls. 39), e no Jornal Folha de Campo Largo (fls. 42), na data de 13/01/2017, no Diário Oficial de Campo Largo (fls. 40/41), na data de 10/01/2017.

O Edital completo da presente licitação foi disponibilizado, gratuitamente, no "site" de licitações da COCEL, bem como registrado no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na data de 10/01/2017, às fls. 43, conforme determina a Instrução Normativa nº 37/2009.

Art. 2º O mural das Licitações Municipais será constituído por informações transmitidas pelos órgãos e entidades de Administração Pública Municipal, nos seguintes prazos:

I – No mínimo, até 7 (sete) dias úteis antes do início da data prevista, no Edital ou outro instrumento convocatório, para a abertura do certame licitatório, de quaisquer das modalidades: convite, tomada de preços, concorrência, concurso, leilão e pregões presencial e eletrônico, e inclusive as licitações realizadas mediante Sistema de Registro de Preços.

Verifica-se dos autos a suficiente abrangência publicitária da licitação, com ampla divulgação do certame, considerando o número de interessados na retirada (download) do edital, conforme documentos de fls. 44/47.

O ato de designação da função de Pregoeiro da Cocel (Portaria n.º 001/2017) encontra-se devidamente juntada ao processo licitatório, às fls. 48.

A abertura dos envelopes contendo as propostas foi realizada em sessão pública às 09 horas do dia 26 de janeiro de 2017, na sede da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, conforme Ata às fls. 50/52, da qual se verifica a participação de 07 (sete) proponentes, a saber:

- **KELLY A.D.S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS ME;**
- **MARCELO JACOB – ME;**
- **KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA. ME;**
- **LC COMÉRCIO DE PAPELARIA E PRESENTES LTDA. – ME;**
- **SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. – ME;**
- **GRÁFICA CAMPOLARGUENSE LTDA. – ME e**
- **LAURA RODRIGUES VEDAN – ME.**

Procedida à abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço e realizada a oferta de lances, durante a fase de habilitação obteve-se o resultado abaixo descrito, sendo que, após verificada a aceitabilidade da proposta e de sua habilitação, o Pregoeiro culminou por julgar vencedoras da presente licitação as seguintes empresas:

Lote	Preço unitário máximo	Preço unitário ofertado	Valor total ofertado	Licitante
Lote 01	R\$ 1,29	R\$ 1,13	R\$ 2.260,00	GRÁFICA CAMPOLARGUENSE LTDA.
Lote 02	R\$ 20,60	R\$ 19,30	R\$ 15.440,00	LC COMÉRCIO DE PAPELARIA E PRESENTES LTDA. – ME
Lote 03	R\$ 587,39	Cancelado	Cancelado	Cancelado
Lote 04				LC COMÉRCIO DE PAPELARIA E PRESENTES LTDA. – ME
Item 01	R\$ 62,38	R\$ 58,64	R\$ 175,92	
Item 02	R\$ 1,44	R\$ 1,35	R\$ 270,00	
Item 03	R\$ 2,83	R\$ 2,66	R\$ 133,00	

Item 04	R\$ 3,23	R\$ 3,04	R\$ 60,80	LC COMÉRCIO DE PAPELARIA E PRESENTES LTDA. – ME
Item 05	R\$ 2,76	R\$ 2,59	R\$ 129,50	
Item 06	R\$ 3,07	R\$ 2,89	R\$ 57,80	
Item 07	R\$ 4,75	R\$ 4,47	R\$ 53,64	
Item 08	R\$ 4,63	R\$ 4,35	R\$ 870,00	
Item 09	R\$ 16,00	R\$ 15,04	R\$ 1.504,00	
Item 10	R\$ 4,12	R\$ 3,87	R\$ 193,50	
Item 11	R\$ 6,42	R\$ 6,03	R\$ 60,30	
Item 12	R\$ 7,28	R\$ 6,84	R\$ 136,80	
Item 13	R\$ 1,48	R\$ 1,39	R\$ 278,00	
Item 14	R\$ 2,42	R\$ 2,27	R\$ 22,70	
Item 15	R\$ 0,35	R\$ 0,33	R\$ 330,00	
Item 16	R\$ 0,39	R\$ 0,37	R\$ 185,00	
Item 17	R\$ 130,00	R\$ 121,18	R\$ 121,18	
VALOR TOTAL LOTE 04			R\$ 4.582,14	

Quanto à publicação do resultado do julgamento da proposta, identifica-se que a Administração Pública, quando do exercício da função administrativa, encontra-se submetida ao princípio da legalidade, consagrado no *caput* do art. 37 da Constituição da República. Por conta disso, aplica-se ao caso, subsidiariamente, a norma legal contida no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: (...)

§ 1º. A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo, para os

casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata. (grifo nosso)

Ou seja, de acordo com a inteligência do dispositivo acima, nos casos das decisões referentes aos procedimentos licitatórios, se presentes os prepostos dos licitantes neste momento, a comunicação poderá ser feita diretamente aos interessados e lavrada a ata.

Como se vê, a regra é a de que a ciência dos atos mencionados no § 1º do art. 109 seja realizada pela imprensa oficial, de modo que, apenas se estiverem presentes todos os licitantes (ou prepostos desses) no momento em que for tomada a decisão é que a intimação poderá ser considerada como realizada na própria sessão.

No caso do pregão presencial, então, é possível concluir que, se na sessão estiverem presentes todos os licitantes (ou devidamente representados), a Administração não precisará providenciar a publicação da decisão na imprensa oficial, podendo ser feita a intimação pessoal do resultado da licitação.


Revela-se inegável que a finalidade da publicidade foi atingida, proporcionando amplo acesso e interesse no objeto ora licitado, bem como a efetivação da compra abaixo do valor estimado.

Pela apreciação dos atos e termos do presente procedimento, verifico que os mesmos encontram-se revestidos das formalidades legais consubstanciadas na Lei n.º 10.520/02, bem como pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Devido ao exposto, opino que o presente procedimento licitatório, sob o aspecto legal, está em condições de ser homologado.

Campo Largo, 31 de janeiro de 2017.


Otavio Dias Pereira Junior
OAB/PR 28.139

Ref.: Pregão Presencial nº 01/2007
I. Homologo a presente licitação, conforme ata da sessão realizado em 26/01/2012
II. Encaminha-se à Divisão competente para elaboração de contrato/ordem de compra.
Campo Largo, 03/02/2012

Diretor Administrativo - COCEL